

O pensamento político de Zenão de Cício como princípio fundamental dos Direitos Humanos.

Cátia Cilene Farago¹

Carlos Magno Augusto Sampaio²

Maria de Nazaré Sampaio Ferreira³

RESUMO

O texto aponta algumas características presentes no pensamento político de Zenão de Cício como princípio fundamental dos Direitos Humanos. A partir de fragmentos de textos do autor, buscaremos demonstrar que é possível extrair do seu pensamento político o princípio de “Homem Cosmopolita”, como fundamento basilar da teoria contemporânea que aborda hoje a temática de Direitos Humanos. A idéia de sua cidade, a sua Cosmópolis, é assentada, sobretudo, a partir de uma reflexão ímpar sobre o modo de ser do cosmo e do homem. A ordem do Todo deve expressar a união Homem-Natureza-Lei-Cidade, o que modifica e opõe-se à teoria sobre a cidadania platônica. Pois, ser homem para Zenão, é anterior a ser grego, jônico ou espartano. O mais importante é ser cosmopolita, cidadão do mundo, o que significa transcender os limites geopolíticos traçados pela historicidade.

Palavras Chaves: Cosmopolita, Estoicismo, Direitos Humanos, Cidadania.

O fundador do estoicismo⁴ foi Zenão de Cício (336 a. C. – 264 a. C.) que nasceu em Cítio, na ilha de Chipre. Mais tarde, Zenão transfere-se para Atenas por volta de 312 ou 311 a. C., atraído pela filosofia (ou, segundo outros, após perder sua fortuna também em um naufrágio na Costa da Ýtica). Seus discípulos foram chamados estóicos, por causa do lugar onde se reuniam, *Stoa Poikile*⁵, e contribuíram para a formação da chamada escola estóica.

Para termos idéia da influência da escola estóica, fundada por Zenão, podemos apontar que já no fim do século IV a. C., esta ganha novo impulso por volta da

¹ Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná, e Direito pela Faculdades Integradas Unicuritiba do Paraná, Mestre em Sociologia e doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Professora da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná, e professora substituta na UFPR.

² Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista e Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Professor de filosofia e história da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná.

³ Graduanda em Pedagogia pela UFPA, Campus Santarém.

⁴ O estoicismo nasceu com um discípulo de Aristóteles, Zenão de Citrum, no século IV a. C., e o nome da escola baseou-se no local onde funcionou em Atenas (Stoà poikile), isto é, a escola do “Pórtico Pintado”. Os estóicos terão sido os primeiros a racionalizar a ética, isto é, tentaram desligar a ética da metafísica, matéria com que se debate ainda o materialismo filosófico da atualidade (sem solução à vista). Para isso, os estóicos dividiram as virtudes em três categorias: a “natural”, a “moral”, e a “racional”, sendo que à virtude natural correspondia à Física, à virtude moral correspondia a ética, e à virtude racional correspondia a lógica.

⁵ Stoa, igual a pórtico.

metade do século III, sob a direção de Crisipo. Não nos voltaremos para este período. Mas, certo é, que muito cedo, preservando a notável unidade quanto aos dogmas fundamentais, ela cindiu-se em tendências opostas, que continuarão a dividir os estóicos no decorrer dos séculos.

Dispomos de poucas informações sobre a história da escola a partir do século I a. C. É certo que, até o século II d. C., a doutrina estóica era ainda florescente no império romano: basta citar Sêneca, Musônio, Epíteto e Marco Aurélio. Tal como as informações sobre a escola estóica, que são poucas, também as obras de Zenão, com exceção de alguns fragmentos, se perderam no tempo. É a partir destes fragmentos que buscaremos demonstrar como é possível extrair do seu pensamento político o princípio de “homem cosmopolita”, como sendo princípio basilar da teoria contemporânea que hoje trata dos direitos humanos.

Para isto, partimos de Atenas, onde Zenão se torna discípulo de Crates de Tebas e de igual maneira estuda os antigos filósofos, dentre estes, Heráclito. Aos quarenta e dois anos funda a escola estóica, reunindo seus alunos sob os pórticos, em grego “stoa”, de templos, mercados e de igual maneira ginásios. Para Gazolla, Zenão pode ser compreendido como “um homem que não se importava com o orgulhoso civismo grego e fez-se honrar por si mesmo. Afinal, como estrangeiro e desgarrado de sua etnia de origem, ele procurava algo na filosofia grega de então que não pôde encontrar no conhecimento tradicional da Grécia”. (1999: p. 49)

A politéia de Zenão de Cicio

A politéia de Zenão tem raízes cínicas, por influência de Crates de Tebas. Contrariando a separação entre lei e a natureza na Grécia arcaica e clássica, os fundadores da Stoa apontam para a construção de um novo homem que possa estar em consonância com o cosmo e seja um ser cosmopolita, cidadão do cosmo.

Sua cidade será, então, a Cosmópolis, o mundo sem fronteiras individualizadas. Modifica-se a teoria sobre a cidadania em função de uma reflexão ímpar sobre o modo de ser do cosmo e do homem. A ordem do todo deve expressar, para um estóico, a união homem-natureza-lei-cidade. Essa é a tônica do Pórtico, e será Zenão, um cipriota de Cicio, quem lançará as bases dessa doutrina.

A politéia, de polis. De cidade, é a constituição de uma cidade, seu perímetro e suas leis. A politéia de Zenão é proveniente dos ensinamentos recebidos do

estóico Crates, o cínico. A base desses ensinamentos está na formação do novo homem – integralmente interior – que, seguindo a nova *physis*, tornar-se-á o novo cidadão.

Para alcançar tal finalidade, contudo, é necessária uma nova *psyché*. Pois para Zenão, ser homem é anterior a ser grego, jônico ou espartano. O mais importante é ser cosmopolita, cidadão do mundo, o que significa transcender os limites geopolíticos traçados pela historicidade.

A estrutura de sua *politéia* apresenta-se na união entre lei e natureza. Diz Zenão, citado por Gazolla: “devemos considerar todos os homens como ‘*démotas*’ e cidadãos, e que o modo de vida seja uno e a ordem uma, como um rebanho que numa mesma pastagem se nutre em conjunto, segundo uma mesma lei” (p. 51). Além disso, afirma que: “não se devem construir templos aos deuses, mas possuir a divindade só no pensamento” (Idem), e que “não devemos construir a cidade com monumentos, mas com a virtude dos cidadãos” (Idem), pois o “mundo é uma verdadeira cidade por oposição às cidades presentes, estas não o sendo senão no nome”.

Ao criar uma cidade a partir do dogma físico e estruturar a alma do cidadão, perfeito habitante dessa cidade, Zenão sabe que está contrapondo tal discurso à historicidade, e assim o faz com o propósito de ressaltar a lógica binária com que constrói seus dogmas cosmopolitas, marcando seu distanciamento com o cotidiano. A intenção de Zenão é formar o homem na idéia da simplicidade exterior e da riqueza interior.

Em sua *Cosmópolis*, o homem diligente é o virtuoso, é o sábio. A descrição do diligente é extensa: tem superioridade de comando, é disciplinado, tem vontade férrea, não se abate, tem pensamento correto, é ativo, tem convicção, é amigo, é fraterno. Difere em tudo do homem desprezível, que pratica o vício e erra sempre.

Gazolla (1999, p. 54) confere que apenas o homem diligente pode ser de fato o cidadão. O habitante da *politéia* zenoniana será, portanto o sábio. Afirma Plutarco, apud Gazolla (1999, p. 55): “... A República (de Zenão) expõe um ideal cosmopolita: a humanidade não mais dividida em nações, em cidades, em aldeias, mas todos os homens considerados co-nacionais e concidadãos, uma só sociedade e um só mundo; todos formando um rebanho que pasta no mesmo prato...”.

Assim Zenão difere de Platão, pois todos os cosmopolitas são amigos, parentes, portanto, não há escravos, nem distinções eugenésicas. Platão, por sua vez, idealizou uma República em que sábios governavam, os soldados a defendiam e os escravos a sustentavam com o trabalho braçal.

Zenão, dentro da nova época social pós-alexandrina busca formar um novo homem, uma nova *physis* e um novo conceito de político que, portanto, pressupõem uma nova *psyqué* que se acomode às novas estruturas teóricas. Na Stoa, em função da necessidade de unificar o físico, o psíquico e o político, será redimensionada a relação *nómos-physis*, tornando-se inviável pensar a lei distanciada da natureza.

Assim, cuidar de si mesmo significa para um estóico antigo procurar um solo protetor fora das instituições, pois numa época de desintegração das ‘póleis’ e desarticulação do império alexandrino, essa filosofia pensará o homem vinculado ao cosmo, seu verdadeiro e divino solo protetor, criador do seu ser, enquanto que as instituições históricas indicam o reino da escravidão.

Nunca a historicidade foi pensada como tão ameaçadora ao homem como o foi para Zenão de Cicio, fundador da Stoa, segundo os fragmentos de sua ‘Politéia’. “A cidade e a natureza, portanto, estão integradas segundo essas notícias, bem como os deuses e os homens em sua particularidade. O paradigma para aqueles que conhecem a física estóica e pretendem pensar a verdadeira cidade e seus cidadãos é claro: a norma natural é a norma ética” (GAZOLLA:1999, p. 62).

Para Zenão, o homem traz a cidade no coração, e para onde for o cosmo está consigo, e os laços de ‘*philia*’ podem ser acionados e reconhecidos diante de qualquer outro homem, que fará o mesmo. O reconhecimento de que todos os homens são iguais por natureza, a noção de pertencimento cósmico quanto ao modo de ser racional e divino de todos os homens, recoloca a liberdade no seu sentido primário de pertencimento. Mas, em outro quadro mental, o filosófico o ser livre será pertencer ao cosmo e agir conforme as regras nele e em cada homem inscritas, como se a própria natureza fosse um ‘*génos*’ ampliado, uma fratria universal. É a ‘autonomia’ mais que a ‘*autarchéia*’.

Logo, diante da Politéia de Zenão, é necessário compreender que ser homem é antes de tudo, “anterior a ser grego, fenício ou espartano, e que o essencial é ser cosmopolita, cidadão do mundo, o que significa desconsiderar os limites geopolíticos traçados pela historicidade. Deve-se atentar bem mais à consonância com a *physis* que constituiu o modo de ser humano originário do que as regras mutáveis erigidas, em geral, pelo oportunismo dos poderosos” (GAZOLLA:1999, p. 50)

O homem virtuoso encontra a felicidade dentro de si e é imune ao meio exterior, que conseguiu superar dominando-se a si, às suas paixões e emoções. Portanto, a concepção antropológica de Zenão compreende que “o homem pode agir ou não em

conformidade com a natureza e configurar-se virtuoso. Se estiver sob o domínio das paixões, será insensato; se em conformidade com o cosmo, será sábio” (GAZOLLA:1999, p. 91)

A ética

É importante apontar, como faz Hadot (1999), que o discurso filosófico estóico comporta três partes, a física, a lógica e a ética. O discurso filosófico concernente à física justificará a escolha de vida, por exemplo, a vontade de fazer o bem ou o mal, e explicitará a maneira de ser no mundo que esta escolha de vida acarreta. Assim, a “física é ensinada somente para que se possa ensinar a distinção que é necessário estabelecer entre os bens e os males” (p. 190).

Pode-se dizer que a física é indispensável à ética, pois ensina o homem a reconhecer que há coisas que não estão em nosso poder, mas dependem de causas exteriores a ele que se encadeiam de maneira necessária e racional.

A razão humana que quer a coerência lógica e dialética consigo mesma põe a moralidade fundada em uma razão do Todo, do qual ela é apenas parte. Viver de acordo com a Lei universal, que move do interior a revolução do mundo. Universo racional, mas ao mesmo tempo totalmente material, a razão estóica é idêntica ao fogo heraclítico, material, também aqui. Para a física estóica, tudo esta em tudo, os corpos são todos orgânicos, o mundo é um todo orgânico, e tudo acontece por necessidade racional; no tempo infinito, há um único cosmos que se repete uma infinidade de vezes. Logo, uma física que tende a fundar na própria natureza a possibilidade da escolha existencial.

Para explicar a possibilidade de liberdade, não basta simplesmente fundar a razão humana na razão cósmica. Isso porque a razão cósmica corresponde a uma necessidade rigorosa, “ainda mais porque os estóicos a representam sobre o modelo heraclítico de uma força, o Fogo, sopro e calor vital que, misturando-se totalmente à matéria, gera todos os seres, como uma semente na qual todas as sementes estão contidas e a partir da qual elas se desenvolvem” (HADOT:1999, p. 192).

De acordo consigo mesmo, coerente consigo mesmo, o cosmos, como razão, se quer necessariamente como é, a ponto de repetir-se em um ciclo eternamente idêntico, no qual o fogo, ao transforma-se nos outros elementos, volta a ser finalmente ele mesmo. Não esboçaremos toda a teoria física dos estóicos aqui. O que queremos é

demonstrar que o menor acontecimento envolve uma série de causas, o encadeamento de todos os acontecimentos antecedentes e, finalmente, todo o universo. Queira o homem ou não, todas as coisas acontecem necessariamente como elas acontecem. E a razão universal não pode agir de maneira diferente da que age, precisamente porque ela é perfeitamente racional.

Hadot (1999, p. 193), levanta o problema: como uma escolha moral é possível? E responde, dizendo que o preço a pagar para que a moralidade seja possível será a liberdade de escolha, isto é, a possibilidade para o homem, recusando-se a aceitar o destino, de revoltar-se contra a ordem universal e de agir ou pensar contra a Razão universal e a natureza, isto é de separar-se do universo, de tornar-se um estrangeiro, um exilado da grande cidade do mundo. Segundo a fórmula do estóico Cleanto, retomada por Sêneca, citado por Hadot: “os destinos guiam quem os aceita, arrastam quem a eles resiste” (1999, p. 103).

A liberdade de escolha é possível, pois a forma da razão própria ao homem não é a razão substancial, formadora, imediatamente às coisas, que é a Razão universal, mas uma razão discursiva que, nos juízos, nos discursos que enuncia sobre a realidade, tem o poder de dar um sentido aos acontecimentos que o destino lhe impõe e às ações que ela produz. É nesse universo de sentido que se situam tanto as paixões humanas como a moralidade.

Considerações

Para compreendermos as idéias de Zenão, é necessário compreendermos que a escola fundada por ele não é indiferente ao político e apenas voltada para a ética. No entanto, sabemos que o ético e o político, como o lógico e o físico, estão integrados na sua Stoa, o que implica dizer que sua Cosmópolis é natural, lógica, ética, política, pelos princípios da escola.

Outro ponto relevante é o de pensarmos na experiência e escolha a propósito no estoicismo. A escolha é fundamentalmente a de Sócrates que, na defesa de Sócrates escrita por Platão, declara: “Não há, para o homem bom, nenhum mal, quer na vida, quer na morte” (HADOT: 1999, p. 188). Pois o homem bom considera que não há mal senão o mal moral e que não há bem senão o bem moral, ou seja, o bem ou virtude; é o valor supremo pelo qual não se deve hesitar em enfrentar a morte. A escolha estóica situa-se, assim, na linha reta da escolha socrática e é diametralmente oposta à escolha

epicurista: a felicidade não consiste no prazer ou no interesse individual, mas na exigência do bem, ditada pela razão e que transcende o indivíduo. E escolha estóica opõe-se igualmente à escolha platônica, na medida em que pretende que a felicidade, isto é, o bem moral, seja acessível a todos neste mundo.

A experiência estóica consiste em uma tomada de consciência aguda da situação trágica do homem condicionado pelo destino. Aparentemente não somos livres para nada, pois não depende absolutamente de nós sermos belos, fortes, com boa saúde, ricos, experimentar o prazer ou escapar ao sofrimento. Tudo isso depende de causas exteriores a nós.

Uma necessidade inexorável, indiferente ao nosso interesse individual, destrói aspirações e esperanças, estamos entregues sem defesa aos acidentes da vida, aos reveses da fortuna, à doença, à morte. Tudo em nossa vida nos escapa. Disso resulta que os homens são infelizes, porquanto procuram com paixão adquirir os bens que não podem obter e fugir dos males que são, contudo, inevitáveis.

Porém, há uma coisa, uma única coisa, que depende de nós e que nada nos pode tirar: a vontade de fazer o bem, a vontade de agir de acordo com a razão. Haverá, então, oposição radical entre o que depende de nós e pode ser bom ou mau, porque objeto de nossa decisão, e o que não depende de nós, mas de causas exteriores, do destino, e é indiferente. A vontade de fazer o bem é a cidadela interior inexpugnável que cada um pode edificar em si mesmo. Lá é que se encontra a liberdade, a independência, a invulnerabilidade e, valor eminentemente estóico, a coerência consigo mesmo. Zenão definia desta maneira a escolha de vida estóica: “Viver de maneira coerente, isto é, segundo uma regra de vida una e harmoniosa, pois aqueles que vivem na incoerência são infelizes”.

Para Hadot (1999) a Stoa, permite pensarmos ainda, numa teoria dos deveres ou ações apropriadas que nos orientará na incerteza da vida cotidiana, pois proporrá escolhas razoáveis que nossa razão pode aprovar sem jamais ter a certeza de fazer o bem. O que conta, com o efeito não é o resultado, mas a intenção de fazer o bem. O “estóico age sempre ‘sob reserva’, ao dizer a si mesmo: Eu quero fazer isto se o destino o permitir. Se o destino não o permite, buscará o êxito de outra maneira ou aceitará o destino, querendo o que acontece” (p. 188).

Assim o estóico age sempre “sob reserva”, mas age, toma parte na vida social e política. E o melhor, ele age não em seu próprio interesse material ou mesmo espiritual, mas de maneira desinteressada, a serviço da comunidade humana: “Nenhuma

escola tem mais bondade e doçura, nenhuma tem mais amor pelos homens, mais atenção pelo bem comum. O fim que ela nos assinala é ser útil, ajudar os outros e ter cuidado, não somente de si mesmo, mas de todos em geral e de cada um em particular⁶⁷.

Logo, ao pensarmos no conceito de “homem cosmopolita”, presente na Politéia de Zenão, este inaugura muito antes de Rousseau, Locke, e tantos outros a possibilidade de pensarmos na liberdade, na igualdade, na fraternidade, entre outros princípios inerentes à possibilidade de pensarmos em teorias que possam tratar dos direitos humanos hoje. Pois, o homem movido pelo dever não está restrito à sua vida individual e egoísta; movido pelo dever ele transcende sua individualidade e torna-se altruísta, torna-se uma força agente dentro de um projeto mais amplo de harmonia e justiça.

Por esse projeto maior, ele suporta a existência e sacrifica sua vida. O seu projeto político estóico é mais do que cosmopolita, é ecumênico, pretende ser universal. Tal como evidenciará Kant, através do seu imperativo categórico. A humanidade é o que deve prevalecer. Zenão amplia para todas as direções a idéia de humanismo e semeia a idéia dos direitos e deveres universais, para quem sabe, sucumbir nossos males e regenerar o mundo.

REFERÊNCIAS

GAZOLLA, Rachel. O ofício do filósofo estóico: o duplo discurso da Stoa. São Paulo, Loyola, 1999.

HADOT, Pierre. **O que é filosofia antiga?** Edições Loyola, São Paulo, 1999.

PINHEIRO, Ana Elias. **Xenofonte. Apologia de Sócrates.** In: http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat12/Mathesis12_133.pdf, Acesso em 31/11/2008, as 15:05 hs.

REALE, Giovanni. História da filosofia: antiguidade e idade média. São Paulo: Paulus, 1990. (Volume I)

SANTORO, Fernando. Arqueologia dos Prazeres. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. Coleção Filosófica.

⁶ Sêneca, citado por Pierre Hadot, in: O que é filosofia antiga? Edições Loyola, São Paulo, 1999.

KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1996.

_____ *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70, 1997.

PLATÃO. Diálogos III – *A República*. Tradução de Leonel Vallandro. São Paulo: Ediouro.